

O TIANXIA E A POLÍTICA EXTERNA DA CHINA EM CONTEXTO DE PANDEMIA

LUÍS FILIPE PESTANA

pestana.1989@hotmail.com

Doutorando em Ciência Política pelo ISCSP da Universidade de Lisboa. Mestre em Relações Internacionais: Segurança e Defesa pelo Instituto de Estudos Políticos da Universidade Católica Portuguesa. Licenciado em Relações Internacionais pelo Instituto de Estudos Políticos da Universidade Católica Portuguesa. Professor de Língua e Cultura Portuguesa da Universidade Normal de Pequim (China), tendo colaborado com a Embaixada da República Portuguesa em Pequim na promoção da língua portuguesa e como examinador dos exames de proficiência de língua CAPLE. Autor de artigos em publicações e revistas tanto de relações internacionais, como ligadas ao ensino de PLE. Deu aulas e palestras à distância para diversas instituições, tais como a Universidade Católica de Moçambique, Universidade Autónoma de Lisboa e Universidade Aberta ISCED.

NANCY ELENA FERREIRA GOMES

ngomes@autonoma.pt

Doutorada em Relações Internacionais pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa. Mestre em Relações Internacionais pelo ISCSP, Universidade Técnica de Lisboa. Licenciada em Estudos Internacionais, Faculdade de Ciências Económicas e Sociais da Universidade Central da Venezuela. Professora Associada da Universidade Autónoma de Lisboa (Portugal), Coordenadora Científica da Licenciatura em Relações Internacionais; Coordenadora do Curso Avançado de Estudos sobre a América Latina (UAL e Instituto da Defesa Nacional); e Coordenadora da Cátedra de Estudos Ibero-Americanos, parceria da Organização de Estados Ibero-Americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura e UAL. Investigadora integrada do Centro de Estudos Internacionais do ISCTE-IUL. É autora de várias publicações científicas em revistas nacionais e internacionais na área da especialidade e comentadora ocasional sobre assuntos relacionados com os países da América Latina na comunicação social. Directora da Delegação da Fundação Universitária Ibero-Americana (FUNIBER) em Portugal. Exerceu funções de Consultoria no Serviço de Educação e Bolsas da Fundação Calouste Gulbenkian.

Resumo

A pandemia Covid-19 enquanto ameaça global tem permitido obter uma perspectiva dinâmica acerca do comportamento dos Estados, e algumas luzes sobre o novo cenário internacional. Neste contexto ficou claro que a República Popular da China e o Ocidente são competidores em mais que uma área, e que será necessário cooperar com o gigante asiático em prol da estabilidade/equilíbrio mundial. Neste artigo propomos um olhar retrospectivo (histórico) sobre o Estado centralizado da China, para depois caracterizar o regime actualmente vigente. No âmbito das Teorias das Relações Internacionais chinesas, propomos desenvolver o conceito de *tianxia* como guia para a definição de uma estratégia política, considerando as críticas e limitações à aplicação desse mesmo conceito. E ainda no contexto pandémico, propomos uma leitura das acções políticas levadas a cabo pelo regime chinês. O estudo do *tianxia*, seja qual for o cenário internacional que se configure, poderá ajudar-nos a compreender alguns dos fundamentos históricos daquilo que é a RPC hoje.

Palavras-chave

tianxia; valores universais; China; Política Externa; Covid-19

Abstract

The Covid-19 pandemic as a global threat has made it possible to gain a dynamic perspective on the behavior of States, and some light on the new international scenario. In this context, it has become clear that People's Republic of China (PRC) and the West are



competitors in more than one area, and that it will be necessary to cooperate with the Asian giant for global stability/balance. In this article, we propose a retrospective (historical) look at the centralized State of China, and then characterize the current regime in that country. In the context of Chinese theories of International Relations, we propose to develop the concept of *tianxia* as a guide for the definition of a political strategy, considering the criticisms and limitations to the application of that same concept. Still in the pandemic context, we propose a reading of the political actions taken by the Chinese regime. The study of *tianxia*, whatever international scenario is set, may help us to understand some of the historical foundations of what PRC is today.

Keywords

tianxia; universal values; China; Foreign Policy; Covid-19

Como citar este artigo

Pestana, Luís; Gomes, Nancy Elena Ferreira (2022). O *tianxia* e a Política Externa da China, em contexto de pandemia. *Janus.net, e-journal of international relations*, Vol13 N2, Novembro 2022-Abril 2023. Consultado [online] em data da última consulta, <https://doi.org/10.26619/1647-7251.13.2.4>

Artigo recebido em 21 de Março de 2021, aceite para publicação em 26 de Agosto de 2022





O TIANXIA E A POLÍTICA EXTERNA DA CHINA EM CONTEXTO DE PANDEMIA

LUÍS FILIPE PESTANA

NANCY ELENA FERREIRA GOMES

Introdução

O despontar da pandemia Covid-19 trouxe à humanidade um duplo desafio: um imediato, controlar o vírus e o outro, a mais longo prazo, reduzir as desigualdades dentro e entre os Estados, apelando à solidariedade, mas a crise sanitária expôs também dois pressupostos que já fazem parte do nosso imaginário há algum tempo: em primeiro lugar, que a República Popular da China (RPC) é hoje o grande adversário do Ocidente no campo económico, mas cada vez mais noutros campos, e que será necessário cooperar com o gigante asiático em prol da estabilidade global.

A ascensão da China tem sido vista por vários autores como um factor de destabilização potencial da ordem mundial. Para Nicholas Spykman, uma China poderosa ameaçaria as potências ocidentais na área do "Mediterrâneo Asiático"¹, sendo por isso fundamental uma aliança entre os EUA e o Japão para manter o equilíbrio de poderes na região de Ásia-Pacífico (Spykman in Sempa, 2019). No mesmo sentido, na década de 1960, o historiador Arnold Toynbee alertaria para o seguinte:

(durante a Guerra Fria), cada uma delas (EUA e a URSS) passará a desconfiar da outra, e a confiança mútua, sem a qual uma cooperação positiva entre elas seria impraticável, seria difícil de estabelecer. Portanto, era possível que a América e a Rússia fizessem «a grande recusa» e, se a fizessem, estariam deixando a iniciativa para a China. Seria então a vez desta de fazer sua tentativa, se assim escolhesse, para estabelecer a organização mundial política que, na era atômica, era a única alternativa da humanidade para o final suicídio em massa. (Toynbee, Arnold, 1968: 163).

Vejam, no século XIX, o declínio da China ditou o fim de uma era de liderança que terá durado 90% da existência do mundo moderno (García, 2020: 30). Seguindo a lógica natural do próprio *tianxia*, o domínio chinês foi substituído primeiro, pela

¹ Composto pelos mares do Japão, da China Oriental e do Sul da China. O acesso a esses mares permitia (e permite) à China ligar-se ao Pacífico e às vias de comunicação com o Índico (Sempa, 2019).



expansão colonial europeia, e posteriormente, pela ascensão dos Estados Unidos da América. Há até quem considere que a liderança de Washington é uma interpretação americana do sistema originado na China por respeitar a sua base: todas as terras debaixo do Céu; uma escolha pública que represente os desejos da Humanidade; e um sistema político universal (Sempa, 2017). O que é certo é que é cada vez mais evidente que tanto académicos chineses como a própria classe política daquele país têm procurado reafirmar a posição da RPC como não apenas um líder mundial, mas também um que se responsabilize pela estabilidade do mundo. O presidente Xi Jinping tem manifestado esse compromisso ao nível do discurso político e da acção: Os Jogos Olímpicos de Inverno de 2022 realizados em Pequim foram um momento de afirmação de poder de Xi (Buckley, 2022), ao mesmo tempo que cimentam a postura da China em liderar o processo de globalização (Xi, 2017: 18) e em criar uma Comunidade com Futuro Compartilhado para a Humanidade.² Trata-se, pois, de um desafio para o Ocidente numa era que tenderá ao equilíbrio, se as Grandes Potências em competição, optarem pela via da cooperação para resolver os seus atritos.

Para K. Holsti (1995), as políticas externas dos Estados são definidas em função de objectivos, mas há também visões ou ideias que orientam e legitimam o comportamento (acções e decisões) dos Estados. Um objectivo que pudesse parecer para um Estado uma aspiração a longo prazo, para outro, em determinado momento, podia ser considerado central para a sua sobrevivência. Para isso têm contribuído, claramente, as teorias.

As Teorias das Relações Internacionais e as suas imagens do mundo têm evoluído ao longo do tempo, e mostrado uma certa vocação para a acção prática. Em relação à China, não tem sido muito diferente do resto do mundo. Nesse sentido, Arenal (2013) afirma que as interpretações que aparecem nos escritos de Mêncio e Confúcio na China Antiga são uma evidente expressão de que as Teorias das Relações Internacionais encontraram a sua expressão num âmbito cultural distinto do Ocidente.

As Teorias das Relações Internacionais chinesas, em construção, apoiam-se claramente em conceitos da cultura clássica que sirvam como instrumento para a interpretação do cenário internacional.

Neste estudo, vamos definir o conceito de *tianxia* e explicar, à luz da teoria de autores como Tingyang Zhao, entre outros, e através de vários exemplos históricos concretos, como o modelo ideal foi seguido por várias dinastias. Visando compreender as acções e decisões da actual liderança chinesa, vamos desenvolver a ideia de internacionalização do *tianxia*, relacionando ao mesmo tempo, pensamento confucionista e decisão política. O potencial de liderança mundial da China será analisado à luz das críticas e limitações encontradas à aplicação do conceito na política chinesa.

1. O *tianxia*: “debaixo do Céu” chinês

Uma das características identificáveis do regime totalitário vigente na China é a sua essência colectivista e/ou unitária. Desde a fundação do Partido Comunista Chinês

² Introduzido na Constituição da RPC em 2018 tem em vista criar uma comunidade de Estados que cooperem entre si de modo a alcançar benefício mútuo (Mardell, 2017).



(PCC) em 1921 e especialmente a partir da fundação da RPC (1949), tem sido feito um esforço por parte da liderança comunista de criar um forte sentido coletivo. Aquando do acto fundador do regime, Mao Zedong propôs a mobilização das massas para concretizar a revolução.

Ao longo dos últimos setenta anos de história, diversos exemplos desse espírito podem ser facilmente identificados: a movimentação social em defesa da Coreia do Norte durante o conflito de 1950-1953 (Brown, 2012), o Grande Salto em Frente (1958-1962) e a tentativa desastrosa de impulsionar a produção industrial chinesa³ ou a própria teoria das Três Representações de Jiang Zemin. Em traços gerais, este tipo de iniciativas que servem para congregar a população em prol de uma iniciativa ou projecto são um dos pergaminhos do PCC. Esta centralidade é um dos elementos cruciais para justificar a posição do partido actualmente. No entanto, deve ser esclarecido que a existência de um Estado central como aquele que hoje existe não é uma novidade na história chinesa.

1.1. A dinastia Zhou e a ideia de um Estado central

A dinastia Zhou (século XI a.C.-256 a.C.) contribuiu de forma decisiva para o estabelecimento de uma ideia de Estado central assente num poder de atração centrífugo que ainda hoje perdura, servindo como justificação para o facto de o actual Estado não ser meramente o produto de uma corrente ideológica Ocidental do século XIX adaptada às preferências chinesas.

O Estado de Zhou chegou ao poder em circunstâncias especiais. Não sendo aquele com o maior exército ou com mais recursos, este Estado teve de procurar outras vias para ganhar, exercer e manter o poder. Através de uma estratégia que passava pelo estabelecimento de relações de cooperação, os restantes Estados do mundo sinocêntrico foram atraídos para dentro de um sistema que promovia a interdependência. Este *tianxia*, ou “todos debaixo do Céu”, pode ser visto como uma clara tentativa de organizar o mundo dentro de uma esfera de valores ou práticas que promoviam aquilo que hoje poderia ser chamado de benefício mútuo.

A localização estratégica do Estado de Zhou na região das planícies centrais da China facilitou a ascensão do reino à posição de líder do mundo sinocêntrico. Para além de ser um importante centro de comunicações, Zhao (2019) destaca três elementos que caracterizavam este Estado:

Em primeiro lugar, a escrita utilizada era inteligível para os distintos povos que habitavam naquelas planícies. Esta forma de expressão não tinha uma equivalente oral fixa, ou seja, cada povo tinha a sua própria pronúncia dos caracteres chineses permitindo e ou facilitando a sua expansão (Zhao, 2019: 29-31):

Owing to their ability to exist and be understood independently from pronunciation as an ideographic writing, Chinese characters can be naturally shared far and wide, thus becoming the common script for many ethnic groups; and the spiritual world in Chinese writing also becomes a common spiritual world for all. (Zhao, 2019: 30).

³ Dikötter (2010: 333) aponta que terão morrido cerca de 45 milhões de pessoas naquele período.



Em segundo lugar, o próprio *tianxia* encontrava-se aberto a qualquer um. Por outras palavras, este sistema era inclusivo dado que era o “reflexo do Céu”. Se pensarmos no Céu como um espaço partilhado por todos, o *tianxia* será representado de forma similar. Essa compatibilidade permite a que outros Estados possam integrar o sistema, sem que isso perturbe o seu funcionamento ou exclua grupos étnicos diferentes (Zhao, 2019: 31). O modo como o *tianxia* conseguia abraçar diferentes culturas sem as eliminar fez com que fosse o modelo ideal a seguir por dinastias posteriores. Por exemplo, a dinastia Han (202 a.C.-220 d.C.) ao expandir-se para as regiões ocidentais, não procurou alterar os costumes destas pois os seus líderes compreenderam que era mais fácil manter a unidade do território sem apagar as características únicas dos povos abrangidos pelo seu governo (Zhao, 2019: 37). O fundador da dinastia Yuan⁴, o mongol Khublai Khan, foi considerado pelos pensadores confucionistas da época como um defensor dos ideais de Confúcio e como um dos “seus” (Clements, 2010: 221). A própria dinastia Qing (1636-1911) - hoje conhecida como a responsável pelo declínio da China Imperial no século XIX - foi capaz de criar um período de paz e harmonia internas entre a maioria Han e as diferentes minorias étnicas num ambiente verdadeiramente cosmopolita (Hang, 2016: 11).

Em terceiro e último lugar, mas não menos importante, Zhao destaca a existência de uma certa teologia política patente na perpetuação do mito da sucessão do *tianxia*. Trata-se, essencialmente, de um processo de adaptação a um sistema pré-existente, dado que os custos de criar algo que o substitua são demasiado elevados e não obteriam suficiente apoio para que alcançasse os seus objetivos (Zhao, 2019: 31).

1.2. O *tianxia* e a República

Sun Yat-sen, pai do republicanismo chinês compreendeu a dificuldade de suceder a um regime que se apresentava como abarcador de diversos grupos étnicos e realidades. Ao implementar a República em 1912, o nacionalismo chinês estava impregnado por posições anti-manchu que haviam sido essenciais na queda da dinastia Qing. A nova liderança chinesa, temendo o desmoronar da união territorial, declarou-se como sendo a República das Cinco Raças ou Nacionalidades (Duara, 1997: 1041). Já na etapa comunista da história chinesa, em 1999, o livro branco *National Minorities Policy and Its Practice in China* procurou assegurar que o país é multi-étnico desde os tempos da dinastia Qin (221 a.C.-206 a.C.) e que a unidade tem sido a norma da realidade chinesa (China-ONU, 1999).

As sucessivas dinastias, assim como, os diferentes governos na era republicana da China procuraram manter os pergaminhos deste conceito, alargando-o, inclusive, para fora, isto é, estendendo o sistema para uma perspectiva internacional e não necessariamente chinesa. Nesse sentido, Sun Yat-sen fala-nos do “*tianxia weigong*” (天下为公)⁵, ou seja, que o *tianxia* pertence a todos (Por, 2020). Para que

⁴ Yuan (元) significa “primeiro” ou “original”. A sugestão do nome foi feita pelo conselheiro Liu Bingzhong para assinalar uma nova era (Clements, 2010: 101).

⁵ Apenas os mais habilitados devem governar e o trono não é monopolizável, tal como se encontra descrito no *Livro dos Ritos* (Kallio, 2016: 6).



compreendamos a importância desta afirmação é necessário olhar novamente para as origens do conceito: quem detinha o poder (Filho do Céu) tinha o Mandato do Céu e tinha de governar com base em normas morais. Essas normas deveriam assegurar o bem-estar da população em prol da construção de uma ordem moral civilizacional (Liang, 2018), ou seja, o líder teria de governar com virtude. Um líder incapaz de governar de forma moral corria o risco de perder o seu estatuto (Zhao, 2019: 15).

2. Sobre a internacionalização do *tianxia*

Encontramo-nos num ponto que muitos consideram ser de viragem. É velha a ideia de que o Ocidente encontra-se em decadência: a queda dos ideais ocidentais não advém apenas de forças externas ou civilizações que ameaçam o seu domínio (Huntington, 1993: 3), mas também das próprias experiências no seio dos seus sistemas políticos que acabaram por ser debilitantes para as estruturas que sustentam as suas sociedades (Mahbubani, 1993: 41).

Perante o “declínio ocidental”, surge a resposta chinesa, vista muitas vezes como sendo totalitária. No 19º Congresso Nacional do Partido Comunista Chinês, Xi Jinping, através do voto do Comité Central, eliminou o limite de mandatos da presidência e não nomeou um sucessor para o Comité Central do Politburo. O peso destas medidas tornou-se ainda mais relevante pelo facto de Xi se ter tornado no líder supremo da RPC ao deter três cargos fundamentais: secretário-geral do PCC, presidente da China e presidente da Comissão Militar Central da RPC (Stoffey, 2021). Este comportamento do governo chinês foi interpretado pelos meios de comunicação internacionais como sendo uma quebra do antecedente proposto por Deng Xiaoping de limitar a presidência a apenas dois mandatos de cinco anos (Huang, 2018; The Economist, 2018; Marschik, 2018).

Outra perspectiva para compreender ditas acções, segundo Stoffey (2021), é que se trata de apenas de uma extensão daquilo que tem sido a política chinesa até hoje: dos seis líderes da RPC, apenas dois prepararam a sua sucessão (Jiang Zemin e Hu Jintao) e acabaram por respeitar o limite de mandatos.

No nosso entender, a decisão por parte do presidente Xi em estender a sua governação para além de 2022 não nasce da influência e posição de poder do PCC, mas sim tem origem no pensamento confucionista. Historicamente, a China atravessou largos períodos de instabilidade que incluíram guerras, fomes e rebeliões constantes⁶, que alimentaram a necessidade de ter lideranças fortes:

La imagen del no orden, el caos animal, la injusticia humana, tiene como respuesta la creación de un Estado poderoso, unipersonal, capacitado, al cual se le enviste de un poder absoluto, a cambio de su compromiso con la sociedad. El poder central y absoluto se fundamenta en China desde su época de las 100 escuelas⁷ y pervive, bajo diversas facetas hasta la presente fecha (García, 2019: 40).

⁶ A revolta Taiping (1850-1864) terá resultado na morte de cerca de 20 milhões de pessoas (Britannica, 2021). Mais recentemente, a grande fome de Henan de 1942 terá conduzido à morte por volta de 3 milhões de pessoas (Ho, 2013).

⁷ As Cem Escolas de Pensamento surgiram no Período da Primavera e Outono (770-476 a.C.) e no Período



2.1. Pensamento Confucionista e Decisão Política

Na China, a legitimidade de um governante ou, em termos práticos, de uma dinastia esteve sempre intrinsecamente ligado ao Mandato do Céu. Através desta criação, a dinastia Zhou procurou justificar a sua tomada de poder face à dinastia Shang. Segundo a lógica deste conceito, o Filho do Céu é o seu representante máximo, recebendo legitimidade divina para governar. Contudo, o Filho do Céu não possui qualquer forma de propriedade sobre os bens e terras do mundo, mas sim apenas funciona como um administrador daquelas que são as posses do Céu. De acordo com Zhao (2019), o governo do filho do Céu deve ser justo, por outras palavras, deveria garantir a felicidade e o bem-estar daqueles que governa (Zhao, 2019: 7). Existe uma certa similitude com o direito divino que na Europa legitimava o poder dos reis. No entanto, há uma diferença fundamental: um imperador na China antiga alcançava essa posição de liderança através da sua virtude e em detrimento dos governantes anteriores incapazes de providenciar boa qualidade de vida aos seus súbditos (Zhao, 2019: 7). No fundo, a ideia de que uma dinastia pode perdurar no tempo é completamente dependente do mérito dos seus governantes, existindo sempre a possibilidade de perda de legitimidade e de uma dinastia ser sucedida por uma nova. O mesmo se aplica a todo o sistema chinês de vassalagem. O Estado suserano, através de uma governação virtuosa, gere as relações que mantém com os seus vassalos. Estes últimos, por seu turno, ofereciam diferentes tributos ao Filho do Céu sem que isso significasse que não poderiam tomar o poder no futuro. Perante a perda de legitimidade, uma aliança de Estados vassalos tinha o direito de se rebelar contra o suserano (Zhao, 2019: 15). Mas, de que forma tais conceitos ainda se encontram presentes na actual liderança chinesa?

No que diz respeito à presidência de Xi Jinping, a legitimidade da sua governação advém, em primeira instância da centralização de poder na sua figura. Em 2018, aquando do 19º Congresso do Partido Comunista Chinês, a centralização do poder em Xi ficou completa do ponto de vista formal. Para além da designação de *lingxiu* 领袖 (líder), o pensamento de Xi também foi incluído na constituição e espera-se que permaneça no poder para lá de 2022 (Jash, 2018: 1 e 2). Este desfecho foi possível devido, em grande medida, à grande campanha de combate à corrupção que eliminou diversos dos opositores políticos de Xi e ao centralizar o controlo sobre as Forças Armadas na figura do presidente (Jash, 2018: 3). Desta forma, o presidente Xi consolida a sua posição de líder supremo, abrindo a possibilidade para desenvolver projectos que alarguem o poder chinês no exterior, nomeadamente, a Iniciativa Faixa e Rota e o Banco Asiático de Investimento em Infra-estrutura.

Para a China e em particular para Xi Jinping, trata-se de uma forma de oferecer uma alternativa ao mundo e de alcançar um patamar mais elevado de desenvolvimento através de mecanismos de cooperação. Observamos, no entanto, que as ideias do reino de Zhou e do confucionismo estão presentes na retórica e nas acções políticas da RPC. Tal afirmação encontra fundamento nos conceitos de justiça e de virtude. Este último é de especial destaque. Para Confúcio, trata-se de um dom que o Homem

dos Estados Combatentes (475-221 a.C.) (China Culture, 2021).



recebe do Céu e apenas um governo virtuoso pode garantir que os cidadãos se consigam melhorar a si mesmos:

Guide them (the common people) by virtue, keep them in line with the rites, and they will, besides having sense of shame, reform themselves.
(Confucius, II. 3: 63).

Governar com virtude vai derivar do mesmo sistema governativo da Dinastia Zhou. Em traços gerais, os benefícios devem ser universais, ou seja, deve haver uma repartição justa e equitativa dos ganhos obtidos. Para Zhao (2019), trata-se de maximizar os ganhos para todos e não apenas para um grupo restrito de pessoas. Dadas as limitações militares dos governantes Zhou, o investimento numa liderança virtuosa demonstrou ser a melhor opção facto comprovado pela longevidade desta dinastia:

The Duke of Zhou's political consciousness discovered a true political concept: rule by force is not politics, but just a way of ruling; true politics is an art that creates universal cooperation and coexistence. In that sense, Zhou's Tianxia system is not merely a political experiment, but also an ideal political concept (Zhao 2019: 9).

O mesmo conceito aparenta estar a ser promovido pelo actual governo chinês. No comunicado do 4º Plenário do 18º Comité Central do Partido Comunista Chinês vem a expressão "combine the rule of law with the rule of virtue" (China, 2014), numa alusão ao conceito confucionista. A justiça ou as acções justas acabam por derivar do conceito de virtude. Por este prisma, apesar da importância dos interesses nacionais para a China, estes não devem ser alcançados através de meios injustos. Contudo, esses mesmos objectivos, alerta Kallio (2016), não devem ser negligenciados. O autor cita Ye Zicheng da Universidade de Pequim que destaca a importância do equilíbrio entre justiça e interesses. Em suma, as acções do país devem ser sempre de acordo com as possibilidades do mesmo, ainda que seja desejável apoiar os mais fracos (Kallio 2016: 5).

Acima de tudo, a China de hoje procura trilhar um caminho em que se apresenta ao mundo como o país mais virtuoso, ao lado dos menos desenvolvidos, em contraponto com os EUA. A forma activa como a RPC se aproxima de diversos Estados africanos, asiáticos e latino-americanos, prometendo benefícios mútuos, acaba por reforçar a ideia de que a sua liderança é virtuosa e capaz de criar as condições para, nas palavras de Xi Jinping, "criar uma comunidade de futuro partilhado para a Humanidade" (Xinhuanet, 2020).

2.2. O tianxia e a Política Externa da China

A política externa da China tem sofrido várias adaptações ao longo dos anos. Em 1990 - 1991, Deng Xiaoping assumiu a necessidade de *keeping a low profile*⁸ (KLP) dada a

⁸ "Não dar nas vistas" ou "ter uma posição discreta" (trad. dos autores).



relativa debilidade da China na época, não querendo por isso levantar suspeitas quanto às reais intenções do Estado chinês. Igualmente, a RPC reconhecia o estatuto de superpotência dos EUA ademais de determinar que não se encontrava em posição de competir com os norte-americanos (Yan, 2014: 155-156). Aquilo que o século XXI trouxe, no entanto, foi uma mudança clara desse pressuposto. Isto leva-nos a pensar se estaremos a assistir à definição de uma estratégia de internacionalização do *tianxia*.

Entre as razões que podem estar na base desta estratégia de internacionalização, podemos destacar, o agravamento da desconfiança face às reais intenções da China no contexto da pandemia da Covid-19, e ainda o aumento da tensão no quadro das disputas territoriais do mar do Sul da China, a partir de 2009 e 2010 (Yan, 2014: 155-156)⁹. No quadro das políticas que estão na base da mesma estratégia, destacamos ainda a chegada do presidente Xi ao poder, adoptando uma política externa assente em *striving for achievements*¹⁰ (SFA) em que a China procura influenciar outros Estados (poder) através de ferramentas para aumentar essa influência (força). Em suma, trata-se de Pequim assumir a responsabilidade de intervir nas questões mais importantes da Humanidade ao mesmo tempo que se comporta com moralidade para atrair mais aliados (Yan, 2014: 163-170).

Para que esta postura tenha êxito, a política externa chinesa tem vindo a criar e desenvolver diversos mecanismos políticos que, apesar de conterem também uma componente económica, servem para reforçar a posição chinesa a nível mundial: em 2013, o presidente Xi apresentou a Faixa Económica da Rota da Seda no Cazaquistão e, posteriormente, a Rota da Seda Marítima do Século XXI na Indonésia (Chatzky & MacBride, 2015). Durante os primeiros seis anos do projecto, cerca de \$575 milhões de dólares terão sido investidos, valores que poderão chegar a mais de \$8 biliões (Hillman, 2018). Até Janeiro de 2021, 140 países assinaram memorandos de entendimento tendo em vista participar na Iniciativa Faixa e Rota (Nedopil, 2021). A Parceria Regional Económica Abrangente (sigla inglesa, RCEP) deu origem à maior zona de comércio livre do mundo, mesmo com a ausência da Índia (Shotaro, 2020). A crescente influência da China no seio da Organização Mundial de Saúde (OMS) após a saída dos Estados Unidos¹¹ também deve ser destacada como um sinal de como a China procura através das normas internacionais exercer o seu peso.

Todas estas iniciativas podem ser resumidas naquilo que Zhao (2018: 13) chama de *relational rationality*, ou seja, que a coexistência precede a existência. Ao defender uma forma de universalismo baseado nas relações entre Estados que proteja os interesses não só da China como também da Humanidade, Pequim recentra-se no conceito *zhongyong* (中庸) do confucionismo: sendo impossível eliminar tensão e potenciais conflitos, o fundamental deste conceito é que as duas metades (*yin-yang*, 阴阳) não se eliminem mutuamente e contribuam para que as relações entre os Estados sejam o principal factor a afectar o ambiente internacional (Qin, 2016: 40 e 44).

A internacionalização do *tianxia* está reflectida, pois, num centro de poder que procura administrar os assuntos debaixo do Céu, manter as características de cada Estado que

⁹ A resposta da administração Obama em seguir uma política mais participativa na Ásia-Pacífico é indicada como um exemplo do fracasso da KLP (Yan, 2014: 156).

¹⁰ "Aspirar a resultados" (trad. dos autores).

¹¹ Decisão entretanto revertida pela administração Biden (Morales, 2021).



esteja abrangido por este e promover a interdependência e cooperação entre todos. No entanto, esta visão não está isenta de críticas:

Em primeiro lugar, a concentração de poder na figura de Xi Jinping é um claro distanciamento do caminho traçado por Deng Xiaoping. Temendo a possibilidade de surgir um novo líder que centralizasse o poder no seu cargo e criasse um culto de personalidade (como sucedeu com Mao Zedong), Deng propôs uma liderança colectiva baseada em consensos, na partilha de poder e num esquema de sucessão ordeiro. Aquilo que o presidente Xi alcançou com as suas reformas constitucionais foi um retrocesso até aos tempos de governação assente numa figura incontestável o que limita quaisquer possibilidades de reformas democráticas.

Em segundo lugar, e igualmente relevante, as acções do Exército de Libertação Popular encontram-se condicionadas pela liderança de Xi. Mesmo em questões que se referem ao futuro das forças armadas chinesas, a última palavra será sempre do presidente da RPC (Jash, 2018).

Outra questão fundamental que os críticos colocam é se a China actual é uma representação fiel do *tianxia*. Em parágrafos anteriores, argumentou-se que o regime comunista actual não é mais do que uma continuação natural daquilo que havia sido estabelecido pelo reino de Zhou há 3000 anos, inclusivamente que o próprio *tianxia* é ocasionalmente usado para justificar as acções governamentais.

Com efeito, a dinastia Qing foi capaz de administrar um vasto território multi-étnico. O seu êxito deveu-se à forma como seguiu o *tianxia* e os seus três círculos concêntricos: o círculo central era governado directamente pelo imperador através do sistema burocrático; o círculo intermédio incluía as regiões fronteiriças do império regidas em nome do imperador por vassallos, líderes tribais e outros títulos hereditários; e o círculo exterior era composto pelo sistema tributário em que outras nações prestavam vassalagem ao imperador (Xu, 2015). Mas, este sistema hierárquico não é replicável actualmente e é desejável que a nova forma de *tianxia* esteja assente em valores universais, não sendo suficiente que a RPC transite para um regime democrático:

Given China's power, size, and population, once it rises it will be a great power with the capacity to dominate. Even if it becomes an "empire of freedom," it will make neighboring countries fearful, particularly small ones. (Xu, 2015).

Aquilo que parece faltar à RPC, pois, é um certo universalismo capaz de criar harmonia entre diferentes grupos étnicos e regiões sem criar tensão. Para Xu (2015), o nacionalismo exacerbado hoje presente na China coloca em causa a formação do mesmo *tianxia*. Um aspecto fundamental que exemplifica esse problema é que o Estado-nação faz com que a identidade das diversas minorias se dilua em prol da formação de uma cidadania chinesa baseada na maioria Han. A "unidade na diversidade" de Fei Xiaotong exemplificada na administração Qing foi substituída por políticas que colocam em causa a integridade territorial da China, especialmente, devido ao separatismo de Xinjiang e do Tibete (Xu, 2015).



3. O *tianxia* e o Nacionalismo chinês

Cabestan (2005) aponta diversas formas de nacionalismo que despontaram na China no último século e meio. As primeiras manifestações nacionalistas terão surgido no seguimento da Primeira Guerra do Ópio, em 1840. O autor destaca que o PPC, entretanto procurou implementar a sua própria retórica nacionalista com base no êxito da revolução e triunfo desta ideologia em 1949. Zheng (2019) alarga esta questão ao considerar que o movimento de 4 de maio foi, na verdade, o momento unificador da nação chinesa, tratando-se não só de uma rejeição do domínio colonial imposto ao território chinês, como da própria dinastia Qing. A este nacionalismo centrado no Estado, prossegue Cabestan, junta-se um de cariz mais revanchista e xenófobo que teve algumas das suas expressões mais públicas em 2005 e 2012, por exemplo, aquando dos protestos em massa contra o Japão. A estes junta-se o nacionalismo pragmático, derivado do sucesso económico chinês das últimas décadas.

No entanto, aquilo a que hoje se assiste é a uma mensagem nacionalista voltada para o consumo interno. Wong (2020) afirma que o começo da pandemia da Covid-19 foi o catalisador de muitas das críticas ocidentais dirigidas ao PCC e à falta de transparência em torno da crise pandémica. A resposta do governo chinês tem sido a de considerar essas críticas como uma forma de interferência nos assuntos internos da China, o que alimenta a própria retórica do governo. A tal questão agrega-se uma reacção em muitos casos xenófoba dirigida ao próprio povo chinês¹², tendo sido acusado de ser responsável pela propagação da doença. Os jovens que hoje compõem o corpo diplomático chinês são justamente, segundo Wong (2020) aquilo que a RPC necessita para alimentar este pensamento ao defenderem a posição do seu país em detrimento da melhoria das relações da China com os seus vizinhos. O público-alvo são os "consumidores chineses":

Chinese nationalism is what is sold here, and the new consumers are China's COVID-battered population. (Wong, 2020).

Para o autor (Wong, 2020), existem cinco motivos principais para esta alteração na abordagem da diplomacia chinesa:

- 1) A adopção de uma forma mais beligerante de fazer diplomacia é vista como a mais adequada para a presente situação, sendo que uma atitude mais cooperante, sobejamente conhecida no passado, passou a ser vista como uma fraqueza;
- 2) A recusa determinada de qualquer envolvimento da RPC na origem da Covid-19 como resposta aos pedidos ocidentais de maior transparência. No começo, esta reacção aliou-se ao envio de ajuda médica a diferentes partes do mundo. Contudo, os seus efeitos não parecem ter sido suficientes, dado que vários Estados não mostraram, de acordo com a opinião pública chinesa, gratidão suficiente pela ajuda de Pequim.
- 3) O nacionalismo é também usado como forma de desviar as atenções de problemas

¹² Quatro jovens foram condenados em França por insultos de carácter racista e incitamento ao crime no auge da pandemia na China (Poupon & Wojazer, 2021).



mais sérios que afectam a China, por exemplo, o possível colapso demográfico que o país poderá sofrer caso não reverta a trajectória negativa de crescimento dos últimos anos¹³.

- 4) Demonstrações públicas das autoridades chinesas de preocupação pelo bem-estar da população também servem para alimentar essa resposta nacionalista da parte do povo chinês. Um dos casos mais sintomáticos diz respeito à liderança do próprio primeiro-ministro Li Keqiang da *Crisis Response Team* criada no âmbito da pandemia.
- 5) Finalmente, Wong (2020) destaca o surgimento de ataques xenófobos contra cidadãos chineses no exterior¹⁴, dando não só razões para que exista uma ligação forte com aqueles que residem fora do país, mas também para que os cidadãos se preocupem com a situação da diáspora.

Por outro lado, a chegada ao poder de Xi Jinping também deu lugar a um crescente reforço da retórica ideológica coligada com nacionalismo. Durante as eras de Jiang Zemin e Hu Jintao, a RPC apresentou sinais de maior abertura política e menor rigidez ideológica, como adianta Sahoo (2021). Com a presidência de Xi, o país tem regressado à sua base ideológica desta feita centrada na figura do próprio presidente enquanto líder providencial perante aquilo que são ameaças externas à ascensão da China. O Documento 9, que veio a público em 2013, expõe como Xi percebe aqueles que são os perigos para o Império do Meio e para o comunismo, nomeadamente, a democracia liberal, a defesa dos direitos humanos e valores universais ou a própria interpretação de eventos históricos, como o massacre da Praça de Tiananmen (China File ed., 2013)¹⁵. As críticas vindas do exterior em torno de Xinjiang, Hong Kong e da pandemia da Covid-19 são vistas, em traços gerais, como agressões externas que procuram manchar a imagem chinesa internacionalmente. Na celebração dos 100 anos do Partido Comunista Chinês, o presidente Xi enalteceu o esforço do povo chinês na construção da RPC, assim como os esforços para concretizar a completa unificação da China com Taiwan. No entanto, o grande destaque do discurso foram as palavras referentes às ameaças externas:

We Chinese are a people who uphold justice and are not intimidated by threats of force. As a nation, we have a strong sense of pride and confidence. We have never bullied, oppressed, or subjugated the people of any other country, and we never will. By the same token, we will never allow any foreign force to bully, oppress, or subjugate us. Anyone who would attempt to do so will find themselves on a collision course with a

¹³ A recente Política de Três Filhos visa reverter essa tendência. O governo receia que as populações activa e a idosa (EAF, 2021) alcancem níveis que comprometam a possibilidade de o país alcançar as suas metas até 2049, as chamadas Global China Initiative 2049 (ODI, 2021).

¹⁴ O "vírus chinês", como designou o então presidente Donald Trump, foi um dos factores determinantes para o aumento dos crimes de ódio racial contra a comunidade chinesa nos EUA (Tavernise & Oppel Jr., 2021).

¹⁵ Para controlar a influência externa, o governo proibiu o ensino à distância de língua inglesa com professores no estrangeiro a menores de 15 anos (Luo, 2021a). A esta medida juntam-se medidas de diferentes governos provinciais que visam a acabar com o uso de manuais estrangeiros nas escolas. Estas medidas afectam, no caso de Pequim, alunos do 1º ao 9º anos de escolaridade (Luo, 2021b).



great wall of steel forged by over 1.4 billion Chinese people. (Xi, 2021).

Trata-se de um momento em que Xi, através de um ataque ao posicionamento político de vários Estados ocidentais em relação à China, fala para os seus apoiantes no país. Em suma, ao adoptar uma postura de defesa aberta dos interesses da China usando uma retórica agressiva e de confronto, acaba por apaziguar as vozes internas que clamam por maior assertividade da parte da RPC.

Contudo, há quem acredite que este nacionalismo exacerbado tem mais consequências negativas do que positivas para a política externa chinesa. Recentemente, tem havido uma tentativa de atenuar alguma retórica dados os receios de conduzir a um isolamento da China no panorama internacional. A *wolf-warrior diplomacy*, crucial no confronto com a administração Trump, é hoje considerada por alguns sectores da política chinesa como prejudicial para a imagem chinesa. Zhang (2021) afirma que é aconselhável para o país que a sua liderança adopte uma linguagem menos agressiva no panorama internacional:

China would be unwise to surrender to such temptations, however. Now is not the time to get more forceful in the South China Sea, demand concessions from major trading partners, aggressively reinvigorate the Belt and Road project or engage in a nationalist diplomatic offensive against Western critics. Quite the opposite: China should be pivoting to a quieter, softer foreign policy. (Zhang, 2021)

É uma questão de grande relevância, uma vez que no seio dos países desenvolvidos a postura de Pequim face às críticas dirigidas a si tem apenas contribuído para a deterioração das relações sino-ocidentais. Por exemplo, o acordo de investimento China-UE encontra-se sem efeito e a Nova Zelândia encetou algumas críticas face ao ocorrido em Xinjiang e Hong Kong (Meyers & Bradsher, 2021)¹⁶. Em certo sentido, existe o entendimento claro que seguir uma retórica agressiva com laivos nacionalistas poderá ser contraproducente numa altura em que a China procura atingir um estatuto que lhe permita confrontar os americanos.

Considerações finais

Tal como foi aqui definido, o *tianxia* não é sinocêntrico e pode ser replicado por qualquer centro de poder capaz de liderar as terras debaixo do Céu. Trata-se de um argumento válido, dado que não se sabe ao certo se a RPC está ou não a respeitar os pressupostos básicos desse conceito milenar. Se é verdade que procura lidar com os seus parceiros de forma igualitária e sem ostracizar os que seguem regimes políticos diferentes do seu, a presente forma do *tianxia* seguido por Pequim parece mais assente no nacionalismo do que em ideais universais que possam ser seguidos pela Humanidade. A preocupação chinesa em defender a sua integridade territorial sem

¹⁶ A mudança de discurso do governo de Jacinda Ardern é de particular destaque, dado que o seu país tem sido várias vezes elogiado pelas autoridades chinesas pelas suas políticas responsáveis (Meyers & Bradsher, 2021).



aceitar qualquer tipo de crítica externa revela que há diferenças ideológicas que estão em confronto.

Seja qual for o cenário internacional que se configure, o estudo do *tianxia* ajuda-nos a compreender alguns dos fundamentos históricos daquilo que é a RPC hoje. A tentativa de organizar o mundo dentro de uma esfera de valores, um sistema inclusivo que promove o benefício mútuo, foi o modelo ideal a seguir pelas diferentes dinastias.

No que diz respeito à presidência de Xi Jinping, a legitimidade da sua governação advém, em primeira instância da centralização de poder na sua figura, nada de novo na política local, assim como não é novidade a presença de um sistema que procura administrar os Estados que circundam o poder central. As ideias do reino de Zhou e do confucionismo estão presentes também na retórica e nas acções políticas da RPC. No entanto, o que hoje temos é uma China que vai para além da sua área natural de influência, capaz de influenciar outros países a seguir a sua liderança e a promover iniciativas que favorecem os seus interesses a longo prazo. A sua posição de líder tornou-se ainda mais evidente durante esta pandemia quando nos deparamos, inicialmente, pelas falhas nas repostas americana e europeia. O que esta crise nos mostra é que a China está numa posição de potencialmente assumir o comando mundial, cabendo ao Ocidente a responsabilidade de zelar pelos seus interesses ao mesmo tempo que coopera e demonstra que continua a ser um sistema de valores universais com potencial e capacidade suficiente de atracção.

Referências

Adler, Katya (2021). EU closes ranks over Covid surge and vaccine delays. In BBC [Em linha]. 2021 [Consul. em 14 de Março de 2021]. Disponível em URL. <https://www.bbc.com/news/world-europe-56361840>

Arenal, Celestino del (2013). *Etnocentrismo y teoría de las relaciones internacionales*. Madrid: Tecnos

Borrell, Josep (2020). The Sinatra Doctrine: Building a United European Front. In Institut Montaigne [Em linha]. 2021 [Consul. em 13 de Março de 2021]. Disponível em URL. <https://www.institutmontaigne.org/en/blog/sinatra-doctrine-building-united-european-front>

Britannica (2021). Taiping Rebellion. The Encyclopaedia Britannica. [Em linha]. 2021 [Consul. em 11 de Março de 2021]. Disponível em URL. <https://www.britannica.com/event/Taiping-Rebellion>

Brown, Clayton D. (2012). China's Great Leap Forward. In Education About Asia: Online Archives [em linha]. 2021 [consul. em 07 de Março de 2021]. Disponível em URL. <https://www.asianstudies.org/publications/eaa/archives/chinas-great-leap-forward/>

Cabestan, Jean-Pierre (2005). The Many Facets of Chinese Nationalism. In Open Edition Journals - Chinese Perspectives [em linha]. 2021 [consul. em 15 de Outubro de 2021]. Disponível em URL. <https://journals.openedition.org/chinaperspectives/2793>



- Chatzky, A. & McBride J. (2019). China's Massive Belt and Road Initiative. In Council on Foreign Relations [Em linha]. 2021 [Consul. em 14 de Março de 2021]. Disponível em URL. <https://www.cfr.org/background/chinas-massive-belt-and-road-initiative>
- Chen, Weihua (2021). Toxic newsletter of EU undermines global solidarity against pandemic. In China Daily [Em linha]. 2021 [Consul. em 12 de Março de 2021]. Disponível em URL. <http://www.chinadaily.com.cn/a/202103/11/WS604987eca31024ad0baae7b3.html>
- China Culture (2021). Hundred Schools of Thought. In China Culture [Em linha]. 2021 [Consul. em 10 de Março de 2021]. Disponível em URL. http://en.chinaculture.org/library/2008-02/07/content_23009.htm
- China File ed. (2013). Document 9: A ChinaFile Translation. In ChinaFile [Em linha]. 2021 [Consul. em 10 de Outubro de 2021]. Disponível em URL. <https://www.chinafile.com/document-9-chinafile-translation>
- China-ONU (1999). White Paper on National Minorities Policy and Its Practice in China [Em linha]. 2021 [Consul. em 10 de Março de 2021]. Disponível em URL. <http://www.china-un.ch/eng/bjzl/t176942.htm>
- Clements, Jonathan (2010). *A brief history of Khubilai Khan: Lord of Xanadu, Emperor of China*. Filadélfia: Running Press
- Confucius (1979). *The Analects*. Londres: Penguin Books
- Dikötter, Frank (2010). *Mao's great famine: the history of China's most devastating catastrophe, 1958-62*. Londres: Bloomsbury
- Duara, Prasenjit (1997). 'Transnationalism and the Predicament of Sovereignty: China, 1900-1945'. *The American Historical Review*, 29 (4): 1030-1051
- DW (2020). Coronavirus: EU rules out Schengen border closures amid Italy outbreak. In Deutsche Welle [Em linha]. 2021 [Consul. em 13 de Março de 2021]. Disponível em URL. <https://www.dw.com/en/coronavirus-eu-rules-out-schengen-border-closures-amid-italy-outbreak/a-52497811>
- EAF (2021). China's declining population and its new three-child policy. In East Asia Forum [Em linha]. 2021 [Consul. em 12 de Outubro de 2021]. Disponível em URL. <https://www.easiaforum.org/2021/06/07/chinas-declining-population-and-its-new-three-child-policy/>
- García, Arturo Oropeza. (2020) *China - La construcción del poder en el siglo XXI*. Cidade do México: Universidade Nacional Autónoma de México - Institutos de Investigaciones Jurídicas
- Global Times (2021). US and Britain's curses, threats on HK in vain : Global Times editorial. In Global Times [Em linha]. 2021 [Consul. em 10 de Março de 2021]. Disponível em URL. <https://www.globaltimes.cn/page/202103/1218208.shtml>
- Hang, Henry (2016). 'China, imperial: 8. Qing or Manchu dynasty period, 1636–1911', in *The Encyclopedia of Empire*. (1st edn.). Nova Jersey: John Wiley and Sons.
- Ho, Chi-Ping. (2013). Westerners should try too understand Chinese virtue. In China



Daily [Em linha]. 2021 [Consul. em 09 de Março de 2021]. Disponível em URL. http://www.chinadaily.com.cn/hkedition/2013-01/05/content_16083077.htm.

Holsti, K. J. (1995). *International Politics – A Framework for Analysis*. 7ª Edição. New Jersey Prentice-Hall.

Hu, Xijin (2021). Hard lesson for HK opposition: Extreme political confrontation is not in the designs of China. In *Global Times* [Em linha]. 2021 [Consul. em 11 de Março de 2021]. Disponível em URL. <https://www.globaltimes.cn/page/202103/1218157.shtml>

Huang, Zheping (2018). Xi Jinping could now rule China for life—just what Deng Xiaoping tried to prevent. In *Quartz* [Em linha]. 2021 [Consul. em 10 de Março de 2021]. Disponível em URL. <https://qz.com/1215697/xi-jinping-could-now-rule-china-for-life-just-what-deng-xiaoping-tried-to-prevent/>

Huntington, Samuel P. (2013). 'The Clash of Civilizations?'. *The Clash at 20 (Abridged)*: 3-27 [Em linha]. 2021 [Consul. em 13 de Março de 2021]. Disponível em URL. <https://www.foreignaffairs.com/system/files/c0007.pdf>

Jash, Amrita (2018). *Xi Jinping as the New "Tianxia" of PRC: Implications of His Power Consolidation* (Issue Brief No.159). Nova Deli: Centre for Land Warfare Studies

Kallio, Jyrki (2016). *China's New Foreign Politics - Xi Jinping's Universal Rule by Virtue?* (FIIA briefing paper 189). Helsínquia: The Finnish Institute of International Affairs

Luo Meihan (2021b). Beijing Bans Foreign Textbooks in Primary and Middle Schools. In *Sixth Tone* [Em linha]. 2021 [Consul. em 10 de Outubro de 2021]. Disponível em URL. <https://www.sixthtone.com/news/1008237/beijing-bans-foreign-textbooks-in-primary-and-middle-schools>

Luo, Meihan (2021a). Chinese Tutoring Platforms End Classes with Foreign-Based Teachers. In *Sixth Tone* [Em linha]. 2021 [Consul. em 10 de Outubro de 2021]. Disponível em URL. <https://www.sixthtone.com/news/1008215/chinese-tutoring-platforms-end-classes-with-foreign-based-teachers->

Mahbubani, Kishore (2013). 'The Dangers of Decadence - What the Rest Can Teach the West'. *The Clash at 20 (Abridged)*: 37-41 [Em linha]. 2021 [Consul. em 13 de Março de 2021]. Disponível em URL. <https://www.foreignaffairs.com/system/files/c0007.pdf>

Marschik, Quinn (2018). Xi Jinping and China's Return to One-Man Rule. In *The Diplomat* [Em linha]. 2021 [Consul. em 10 de Março de 2021]. Disponível em URL. <https://thediplomat.com/2018/03/xi-jinping-and-chinas-return-to-one-man-rule/>

Meyers, Steven Lee & Bradsher, Keith (2021). China's Leader Wants a 'Lovable' Country. That Doesn't Mean He's Making Nice. In *The New York Times* [Em linha]. 2021 [Consul. em 14 de Outubro de 2021]. Disponível em <https://www.nytimes.com/2021/06/08/world/asia/china-diplomacy.html>

Morales, Christina (2021). Biden restores ties with World Healthcare Organization that were cut by Trump. In *The New York Times* [Em linha]. 2021 [Consul. em 14 de Março de 2021]. Disponível em URL <https://www.nytimes.com/2021/01/20/world/biden-restores-who-ties.html>

Nedopil, Christoph (2021). Countries of the Belt and Road Initiative (BRI). In *Green*



- Belt and Road Initiative Center [Em linha]. 2021 [Consul. em 11 de Março de 2021]. Disponível em URL. <https://green-bri.org/countries-of-the-belt-and-road-initiative-bri/>
- ODI (2021). Global China Initiative 2049. In ODI. [Em linha]. 2021 [Consul. em 11 de Março de 2021]. Disponível em URL. <https://odi.org/en/about/our-work/global-china-2049-initiative/>
- Por, Saiu Sin (2020). Tianxia: China's Concept of International Order. In Global Asia [Em linha]. 2021 [Consul. em 11 de Março de 2021]. Disponível em URL. <https://www.globalasia.org/v15no2/cover/tianxia-chinas-concept-of-international-order-shiu-sin-por>
- Poupon, Lorraine & Wojazer, Barbara (2021). French students sentenced for anti-Chinese Covid-19 Twitter posts. In CNN [Em linha]. 2021 [Consul. em 13 de Março de 2021]. Disponível em URL. <https://edition.cnn.com/2021/05/26/europe/france-anti-asian-tweets-intl/index.html>
- Qin, Yaqing. (2016). 'A Relational Theory of World Politics'. *International Studies Review*. 18 (1): 33-47.
- Rettman, Andrew (2020). Nine EU states close borders due to virus. In EU Observer [Em linha]. 2021 [Consul. em 14 de Março de 2021]. Disponível em URL. <https://euobserver.com/coronavirus/147742>
- Reuters (2020). EU executive chief concerned Hungary emergency measures go too far. In Thomson Reuters Foundation News [Em linha]. 2021 [Consul. em 14 de Março de 2021]. Disponível em URL. <https://news.trust.org/item/20200402100718-9f3pd/>
- Sempa, Francis P. (2017) American Tianxia: What If This Isn't the Chinese Century?. In The Diplomat [Em linha]. 2021 [Consul. em 10 de Março de 2021]. Disponível em URL. thediplomat.com/2017/07/american-tianxia-what-if-this-isnt-the-chinese-century/
- Shotaro (2020). India stays away from RCEP talks in Bali. In Nikkei Asia [Em linha]. 2021 [Consul. em 12 de Março de 2021]. Disponível em URL. <https://asia.nikkei.com/Economy/Trade/India-stays-away-from-RCEP-talks-in-Bali>
- Silver, L., Devlin, K. & Huang, C. (2020). Unfavourable Views of China Reach Historic Highs in Many Countries. In Pew Research Center [Em linha]. 2021 [Consul. em 08 de Março de 2021]. Disponível em URL. <https://www.pewresearch.org/global/2020/10/06/unfavorable-views-of-china-reach-historic-highs-in-many-countries/>
- Stoffey (2021). Xi Jinping's Authoritarian Drive is Following His Predecessors' Precedents. In The National Interest [Em linha]. 2021 [Consul. em 11 de Março de 2021]. Disponível em URL. <https://nationalinterest.org/feature/xi-jinping%E2%80%99s-authoritarian-drive-following-his-predecessors%E2%80%99-precedents-175515>
- Tavernise, Sabrina & Opiel Jr., Richard A. (2021). Spit On, Yelled At, Attacked: Chinese-Americans Fear for Their Safety. In The New York Times [Em linha]. 2021 [Consul. em 12 de Outubro de 2021]. Disponível em URL.



<https://www.nytimes.com/2020/03/23/us/chinese-coronavirus-racist-attacks.html>

The Economist (2018). China's leader, Xi Jinping, will be allowed to reign forever. In The Economist [Em linha]. 2021 [Consul. em 11 de Março de 2021]. Disponível em URL. <https://www.economist.com/china/2018/02/26/chinas-leader-xi-jinping-will-be-allowed-to-reign-forever>

The European Council (2021). "Impatience with vaccinations is legitimate, but should not blind us," warns President Michel. In The European Council [Em linha]. 2021 [Consul. em 09 de Março de 2021]. Disponível em URL. <https://www.consilium.europa.eu/en/european-council/president/news/2021/03/09/20210309-pec-newsletter-6-vaccines/>

Tiezzi, Shannon (2020). Which Countries Support China on Hong Kong's National Security Law?. In The Diplomat [Em linha]. 2021 [Consul. em 10 de Março de 2021]. Disponível em URL. <https://thediplomat.com/2020/10/which-countries-support-china-on-hong-kongs-national-security-law/>

Toynbee, Arnold (1968). O desafio de nosso tempo. (trad. Edmond Jorge – Título original Change and Habit – The Challenge of Our Time, 1966. Oxford University Press) Rio de Janeiro: Zahar Editores.

Williams, Dan (2021). Israel, Austria and Denmark establish vaccine-supply alliance. In Reuters [Em linha]. 2021 [Consul. em 14 de Março de 2021]. Disponível em URL. <https://www.reuters.com/article/us-health-coronavirus-israel-vaccine-eur-idUSKBN2AW250>

Wong, Brian (2020). How Chinese Nationalism is Changing. In The Diplomat. [Em linha]. 2021 [Consul. em 11 de Outubro de 2021]. Disponível em URL. <https://thediplomat.com/2020/05/how-chinese-nationalism-is-changing/>

Xi, Jinping (2021). Speech by Xi Jinping at a ceremony marking the centenary of the CPC. In Xinhua [Em linha]. 2021 [Consul. em 11 de Outubro de 2021]. Disponível em URL. http://www.xinhuanet.com/english/special/2021-07/01/c_1310038244.htm

Xu, Jilin (2015). The New Tianxia: Rebuilding China's Internal and External Order. In Reding the China Dream [Em linha]. 2021 [Consul. em 11 de Março de 2021]. Disponível em URL. <https://www.readingthechinadream.com/xu-jilin-the-new-tianxia.html>

Yan, Xuetong. (2014). 'From Keeping a Low Profile to Striving for Achievement'. *Chinese Journal of International Politics*. 7 (2): 153-184.

Zhang, Taisu (2021). China Needs to Tame its Wolf Warriors. In Bloomberg. [Em linha]. 2021 [Consul. em 12 de Outubro de 2021]. Disponível em URL. <https://www.bloomberg.com/opinion/articles/2021-01-21/china-should-adopt-softer-foreign-policy>

Zhao, Tingyang (2018). 'Can This Ancient Chinese Philosophy Save Us From Global Chaos?'. *New Perspectives Quarterly*. 35 (2): 11-13

Zhao, Tingyang (2019). *Redefining A Philosophy for World Governance*. Berlim: Springer eBooks. <https://doi.org/10.1007/978-981-13-5971-2>



Zheng, Dahua (2019). Modern Chinese nationalism and the awakening of self-consciousness of the Chinese Nation. *International Journal of Anthropology and Ethnology* (Springer Open) [Em linha]. 2021 [Consul. em 11 de Outubro de 2021]. Disponível em URL. <https://ijae.springeropen.com/articles/10.1186/s41257-019-0026-6>